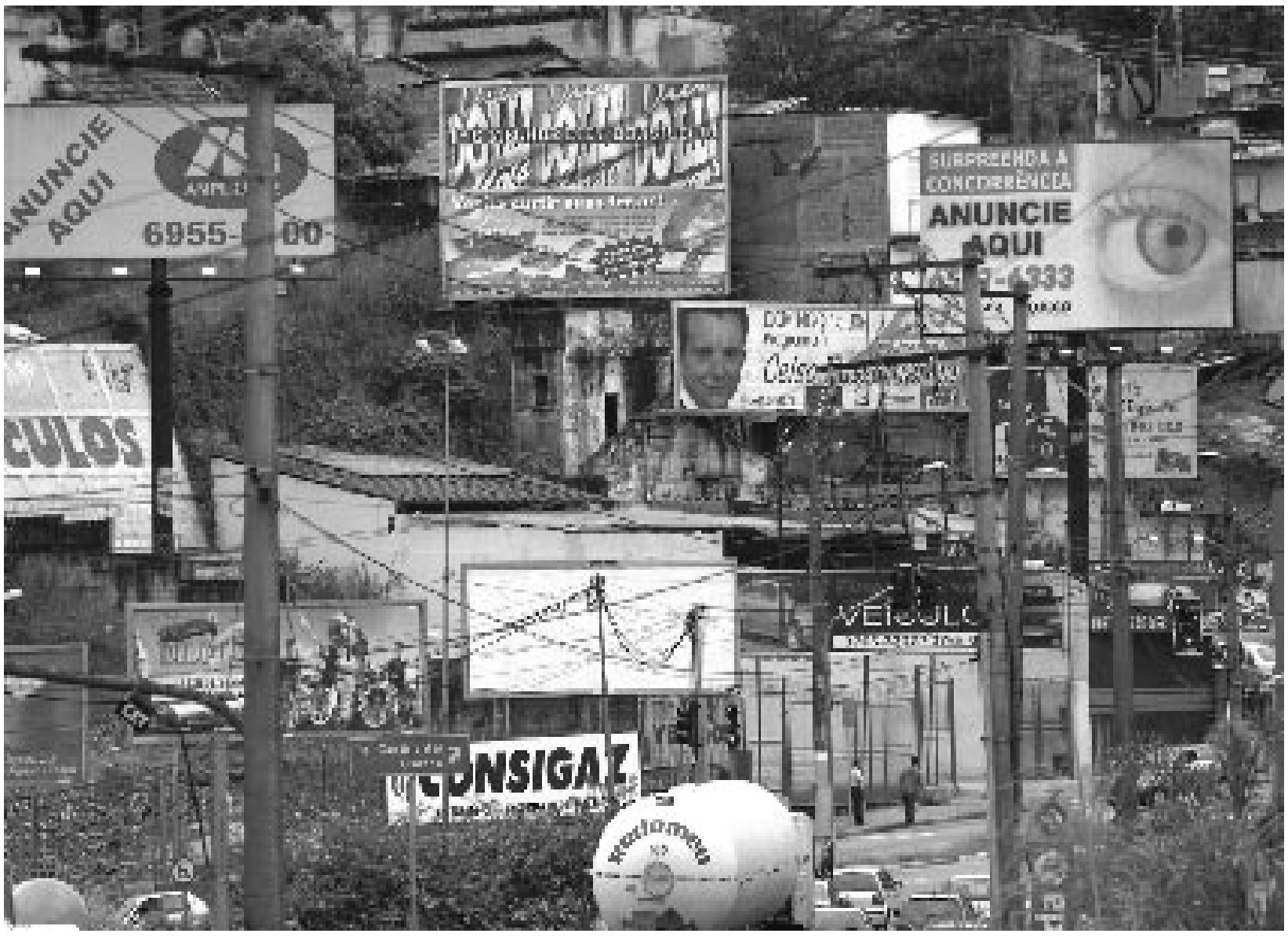
JORNAL DA USP
www.usp.br/jorusp
Publicação da Coordenadoria de Comunicação Social – Ano XXII, nº 788, de 15 a 21 de janeiro de 2007

São Paulo quer mudar de cara

Lei que regulamenta publicidade externa, exigindo a retirada de milhares de outdoors e de painéis luminosos, começa a ser aplicada e provoca tiroteio entre o poder público e as associações comerciais e de propaganda. Para o professor Issao Minami, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, só uma ação radical como a determinada pelo prefeito Gilberto Kassab pode pavimentar o caminho para uma mudança de atitude. "Essas propagandas enormes não fazem parte da paisagem urbana e causam desequilíbrio", defende. Já o professor Dorinho Bastos, da Escola de Comunicações e Artes, acredita que o ideal seria primeiro punir quem atua de forma irregular, em vez de proibir todos os outdoors e painéis. "A mídia exterior tem um papel importante. Sem ela, São Paulo vira uma cidade sem sentimento, sem vibração", diz. A chamada "Lei Cidade Limpa" estabelece multas pesadas para quem descumprir as normas. Algumas entidades já obtiveram na Justiça liminares que impedem a prefeitura de retirar suas peças das ruas, adicionando mais pitadas de polêmica num confronto que está apenas começando. Página 12

Francisco Emolo



Genocídio oficializado

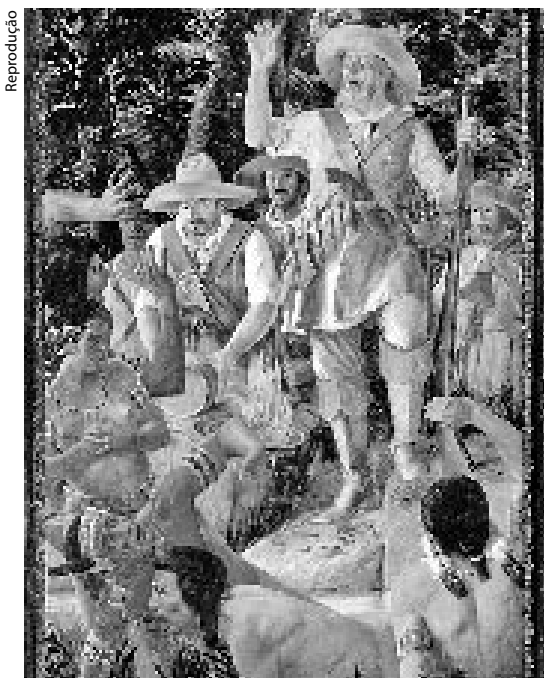
Reprodução

Completa 65 anos a Conferência de Wannsee, quando 14 dirigentes da Alemanha nazista reuniram-se para discutir a "Solução Final da Questão Judaica". "O plano para liquidação dos judeus desenvolveu-se por etapas e não era consensual em toda a cúpula nazista, dividida entre o extermínio e a exploração da mão-de-obra em trabalho forçado", escreve a doutoranda em História Econômica Ania Cavalcante. A perseguição aos judeus na Alemanha e nos países ocupados durante a Segunda Guerra Mundial começou com discriminação e exclusão da vida econômica e social, passou pela degredação e emigração compulsória e chegou ao extermínio nas câmaras de gás em campos de concentração como o de Buchenwald (foto). "A importância histórica da Conferência de Wannsee consiste em que ela decidiu formalmente pela implementação, já em andamento, do plano nazista para a 'Solução Final'", diz Ania. Páginas 6 e 7

453 anos de história contados com arte

Na semana em que a cidade completa mais um ano de existência, o Museu Paulista da USP lança a exposição "Imagens Recriam a História", que propõe aos paulistanos explorar as representações que ajudaram a construir a memória de São Paulo. Pinturas, esculturas e maquetes fazem parte da mostra. Uma novidade é o uso de recursos multimídia que vão "fornecer ao público novas chaves de interpretação das telas", explica o curador Paulo César Garcez Martins. Quadros célebres como Fundação da Cidade de São Paulo, de Oscar Pereira da Silva, e Partida da Monção, de Almeida Júnior, fazem parte da exposição. Os visitantes poderão percorrer cinco módulos numa área de cerca de 500 metros quadrados. A abordagem privilegia o processo de criação dos artistas, a forma pela qual as peças chegaram ao museu e sua difusão em livros e objetos como selos, cédulas e postais. Dono de um acervo de mais de 125 mil peças, o espaço tradicionalmente chamado de Museu do Ipiranga foi um lugar decisivo para o êxito de uma nova interpretação da história brasileira, tendo como eixo a trajetória de São Paulo. O local abriga, por exemplo, o quadro Independência ou Morte, de Pedro Américo. A exposição será aberta no dia 23 de janeiro. Página 8

Reprodução



Verbas em debate na Assembléia

Às vésperas de transmitir o governo do Estado a José Serra, o ex-governador Cláudio Lembo vetou o aumento de recursos para as universidades públicas estaduais aprovado pela Assembléia Legislativa na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2007. Os deputados haviam elevado o repasse para a manutenção das instituições de 9,57% para 10% da arrecadação do ICMS, além de destinar 0,43% para expansão de vagas. As universidades aguardam esses recursos para a consolidação de novos projetos. A LDO define as metas e programas para o Orçamento do Estado. Com a decisão do Executivo, o cenário agora é muito parecido com o de 2006, quando o Orçamento foi aprovado apenas no final de fevereiro. A Assembléia pode derrubar o veto ou decidir pela inclusão dos porcentuais para a educação na própria Lei Orçamentária, como ocorreu no ano passado. O relator do Orçamento, deputado Edmir Chedid, afirma que deve oferecer um parecer para votação até o dia 25 de janeiro, permitindo que o projeto seja apreciado no início de fevereiro. A Assembléia retoma as sessões plenárias no próximo dia 22. Página 3